

POLÍTICA ENERGÉTICA NO BRASIL: RESULTADOS E PERSPECTIVAS

Délcio Rodrigues, Coordenador da Iniciativa Cidades Solares e pesquisador associado ao Vitae Civilis - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, fala sobre o desenvolvimento da área energética, principalmente no que se refere às energias renováveis, e as perspectivas para um provável segundo mandato do governo Lula.

1) O que você acha da atual política energética do governo Lula? Houve avanços na área de energias renováveis?

Aconteceram alguns poucos avanços na área de energias renováveis, como a implementação parcial do PROINFA e o lançamento dos programas biodiesel e Hbio, mas foram ações que, na sua maioria, não contribuíram para a sustentabilidade em seus três aspectos: social, ambiental e econômica.

De modo geral, a política energética do governo Lula não caminhou para a solução dos principais problemas do setor: não apresentou novidades nas áreas de eficiência energética, não colocou em prática a intenção inicial do programa biodiesel de ser um programa pautado pela inclusão social e não avançou na solução dos conflitos relativos à construção de novas barragens para usinas hidrelétricas. Pelo contrário, a insistência em projetos problemáticos como Angra 3 e os dos rios Madeira e Xingu aumentaram estes conflitos. É interessante notar que a política energética do governo Lula sequer conseguiu contentar investidores, grandes consumidores, na sua maioria indústrias eletrointensivas, e grandes construtores de infraestrutura.

Durante o período aumentou fortemente o *lobby* pela flexibilização dos mecanismos de licenciamento ambiental por parte de empreiteiros e grandes consumidores de eletricidade e a resposta do governo Lula foi tecnicamente tímida e politicamente desastrosa, sendo que em certos momentos até o próprio presidente parecia fazer parte deste *lobby*.

O principal conjunto de ações do governo Lula na área de energia se concentrou na área de biocombustíveis. Este conjunto envolve o programa biodiesel, o Hbio da Petrobrás e o programa de agroenergia. O programa biodiesel foi idealizado dentro do governo como um programa de inclusão social da agricultura familiar que poderia chegar a destinar à agricultura os US\$ 160 milhões de dólares anualmente gastos com importação de diesel de petróleo. Uma das diretrizes básicas do programa era promover a inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel. Mas as mudanças feitas pelo Congresso Nacional e a falta de foco do executivo no cumprimento desta diretriz deixou à agricultura familiar o papel de mero fornecedor de parte das sementes oleaginosas necessárias. Nitidamente já se pode observar que o biodiesel será basicamente produzido a partir da soja. O programa portanto acabou criando uma demanda extra para o óleo de soja, que tem grande excedente potencial. O Hbio da Petrobrás segue a mesma linha. A empresa criou uma tecnologia capaz de consumir todo o óleo vegetal que os produtores conseguirem fazer, criando uma forte demanda adicional para o produto.

Ações significativas vêm sendo realizadas pelo governo Lula também em relação ao etanol, pela Petrobrás, que está se preparando para ser uma importante *trader* internacional de biocombustíveis, e pelos Ministérios de Agricultura e das Relações Exteriores. O norte das ações é "comoditizar" o etanol, isto é, criar um real mercado internacional para o combustível.

As ações do governo Lula em relação aos biocombustíveis estão delineadas no documento Diretrizes De Política De Agroenergia, 2006 – 2011 elaborado pelos ministérios de Agricultura, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia e do Comércio Exterior, elaborado portanto sem a participação dos ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário. Como é que se pode pensar uma política de agroenergia, que tem impactos sociais e ambientais importantíssimos, sem a participação de quem no governo federal, pelo menos em tese, tem a função de pensar a questão ambiental, como é o caso do Ministério do Meio Ambiente? E como descartar o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que é quem tem trabalhado a inclusão social dos agricultores familiares? Esta falta de foco nas questões da sustentabilidade transparece claramente tanto no documento quanto nas ações práticas do governo

2) O que mudou com relação à política do governo anterior e quais seriam as perspectivas, considerando uma provável vitória de Lula, para o próximo governo?

Em relação ao governo anterior, mudou a ênfase nos biocombustíveis, como já discutido, e a política para o setor elétrico. O setor elétrico vinha de um quase racionamento em 2001 e com grandes dificuldades de financiar sua expansão. A Ministra Dilma Russef articulou uma tentativa de liberar os entraves percebidos ao financiamento e de retomar a capacidade de planejamento governamental do setor, praticamente exterminada com a desregulamentação e a privatização promovida pelo governo anterior.

O governo Lula conseguiu aprovar um novo modelo para o setor que buscava principalmente dar segurança de longo prazo a investidores e atraí-los para novos investimentos. A primeira vista o modelo trazia uma importante novidade socioambiental: previa que novos projetos elétricos somente iriam a leilão para a iniciativa privada depois de obterem sua licença ambiental. A idéia foi saudada como promissora por excluir a figura do empreendedor dos estudos e discussões prévias ao leilão, tendendo assim a equilibrar melhor o jogo de forças políticas.

Na prática, a esperança de melhores avaliações ambientais e sociais prévias não se confirmou na prática, pelo menos por enquanto. Um pouco pelo fato da capacidade governamental de planejamento e elaboração de projetos está ainda em construção com a Empresa de Planejamento Energético – EPE –, mas muito porque os agentes governamentais do setor elétrico têm se comportado como antes se comportavam os empreendedores privados, inclusive aparentemente se aliando a interesses de grandes empreiteiras no *lobby* pela flexibilização dos procedimentos de licenciamento ambiental.

Quanto às perspectivas para um possível segundo período Lula, pode-se esperar mais do mesmo. Por exemplo, não se tem notícia de propostas de escala para eficiência energética, a não ser o programa especial de financiamento para ESCOs (empresas de serviço de energia normalmente a cargo de programas privados de eficiência energética).

No setor elétrico, apesar dos ataques do setor elétrico, de empreiteiras e de grandes consumidores ao sistema de licenciamento ambiental, ainda não se conseguiu “destravar” a torneira de recursos para financiamento de grandes projetos, talvez porque os entraves não estejam na área ambiental, mas sim na proposição de projetos

caros e inadequados e nas incertezas de longo prazo da economia brasileira. Daí o que se pode esperar é uma arenga ainda mais forte contra os entraves pretensamente colocados pela legislação ambiental e seus condutores. Neste setor o presidente tem mostrado compromisso pessoal em evitar um novo "apagão" e tem prometido construir tanto Angra 3 quanto hidrelétricas e porte na Amazônia. Mais conflitos pela frente.

Na questão dos biocombustíveis está claro que teremos um longo período de investimento e crescimento da produção de etanol, tanto para o mercado interno quanto para exportação, que deve ocorrer em áreas próximas às principais regiões produtoras do estado de São Paulo, tanto neste estado quanto em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná. Esta expansão da produção deve ocorrer um tanto por melhorias na produtividade por hectare mas muito pela incorporação de novas áreas nos estados acima citados. Estas novas áreas são hoje exploradas pela pecuária extensiva e por pomares, café, etc, produções estas que serão em parte deslocadas podendo até pressionar pela abertura de novas áreas de fronteira nos cerrados e na floresta Amazônica. A expansão do etanol também pode ser importante em regiões novas para a cultura da cana-de-açúcar como o Maranhão, estado com terras propícias, localização e infraestrutura adequadas para a exportação do biocombustível. Se isto se confirmar pela primeira vez desde meados do século passado a cultura da cana-de-açúcar no Brasil deverá impactar diretamente biomas naturais relativamente preservados.